

## **O DISCURSO HEGEMÔNICO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Fernanda Faes e Graça (\*), Eduardo Gonçalves Serra**

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa de Engenharia Ambiental – PEA/EP/EQ [fernanda.faes@poli.ufrj.br](mailto:fernanda.faes@poli.ufrj.br)

### **RESUMO**

A Educação Ambiental ganhou notoriedade nos últimos anos, com visível destaque para a vertente que enfatiza os aspectos comportamentais dos indivíduos ao disseminar uma salvação planetária fundamentada pela utilização “racional” dos recursos naturais. O presente estudo busca compreender as condições de possibilidades para a emergência dos discursos que envolvem o tema ambiental, a partir das conceituações da Análise de Discurso do filósofo Michel Foucault. Além disso, visa refletir quais os possíveis desdobramentos decorrentes destas informações, sob que bases epistemológicas estes enunciados são produzidos e quais interesses eles atendem. O enfoque situa-se nos enunciados divulgadas em canal midiático de amplo alcance no ano de 2019.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação ambiental, desenvolvimento sustentável, grupos hegemônicos e análise de discurso.

### **INTRODUÇÃO**

Educação Ambiental pode ser definida como uma sub-área da Educação, entendida em seu sentido lato, envolvendo o sistema escolar, famílias, mídia e outros subsistemas que contribuem para a difusão de informações, a construção e reprodução de conhecimentos, valores e visões de mundo. Esse campo vem recebendo destaque crescente nos últimos anos, estando cada vez mais presente nos currículos escolares, museus, movimentos sociais, meios de comunicação e em organizações comunitárias. Predomina, nesse campo, a perspectiva do chamado capitalismo verde, que defende um uso racional dos recursos naturais e se baseia nos aspectos comportamentais dos indivíduos.

Vivemos um período em que as discussões sobre Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde estão cotidianamente presentes nas sociedades. A discussão sobre o binômio educação-meio ambiente está inserida em um cenário de crises políticas, sociais, éticas, econômicas e culturais. É na leitura que se faz da questão ambiental que os possíveis caminhos para superação dos problemas ambientais são identificados e trilhados, e a forma como as informações e pressupostos para as ações é repassada interfere diretamente no entendimento da problemática ambiental e nas ações propostas. Torna-se oportuno, assim, identificar os discursos presentes nesse terreno e debater seus desdobramentos e suas implicações na sociedade.

Diante das contradições, disputas e embates teóricos inerentes ao processo educativo, investigamos os discursos encontrados nos canais de comunicação, os interesses que rodeiam a Educação Ambiental, e, além disso, avaliamos a reorientação do conceito da Educação Ambiental ao longo dos anos, visto que esses enunciados reverberam cotidianamente na mídia e em outros espaços e, por conseguinte, constroem os saberes dos indivíduos.

Investigou-se, assim, o discurso da Educação Ambiental sob a ótica Desenvolvimento Sustentável e avaliou-se a influência de outros interesses nos discursos subjacentes às notícias e textos exibidos pelos canais de comunicação, não apenas como veiculadores de saberes, mas como produtores destes, assumindo, neste sentido, uma função nitidamente educadora, para a identificação do discurso hoje dominante na Educação Ambiental e os atores a quem esse discurso envolve. Diante de disputas de forças e contradições inerentes ao processo educativo, mostrou-se importante investigar os discursos através da análise de materiais que circulam nas mídias.

Para tal, foi utilizada a Análise de Discurso, metodologia preconizada por Michel Foucault que busca compreender com maior densidade a noção central dos enunciados e, além disso, mapear e confrontar as diferentes estratégias de linguagem na produção dos conteúdos, considerando que os meios de comunicação atuais atuam decisivamente na construção dos sujeitos sociais.

Para Foucault o discurso é fundante. O autor defende que os sentidos não pré-existem às palavras, mas o oposto, são os discursos que produzem as verdades em determinado contexto histórico, reflexão que o autor chamou de ontologia crítica do presente. Por outro lado, o autor defende que não há discurso que não seja controlado pelo poder ou discurso que seja livre.

Sabe-se que a Educação é um dos campos em que a ideologia e os valores e referências sociais hegemônicos são reproduzidos, por diversos mecanismos como escolas, ambientes familiares, igrejas e mídias. Neste estudo, entende-se hegemonia como a forma pela qual a classe dominante garante o status quo de exploração das classes dominadas através da hegemonia cultural (superestrutura). A hegemonia cultural, conceito desenvolvido pelo filósofo Antônio Gramsci,

pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural de um bloco de classes sobre a outra e, por consequência, condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação que influenciam na construção do imaginário social e nas disputas de poder atual.

Neste ponto, torna-se válido resgatar as reflexões de Louis Althusser (1970) em *Les appareils idéologiques d'État* (Os aparelhos ideológicos de Estado) que inspirou inúmeras pesquisas acerca do tema. Inicialmente o autor realiza a distinção entre aparelhos repressivos do Estado e aparelhos ideológicos do Estado. O primeiro indica que o aparelho em questão funciona através da violência como polícia, exército e prisões. O segundo, atua sob a forma de instituições ideológicas especializadas como escolas, igrejas e meios de comunicação.

Enquanto o aparelho repressivo pertence ao domínio público, a maior parte dos aparelhos ideológicos remete ao domínio privado. A repressão dos aparelhos ideológicos é bastante atenuada e simbólica e não são apenas meio, mas o próprio espaço da luta de classes. Em todos os casos, a função é a mesma: reproduzir relações sociais de produção.

## **OBJETIVOS**

A proposta desse estudo é investigar o discurso da Educação Ambiental sob a ótica Desenvolvimento Sustentável e avaliar influência de outros interesses nos discursos exibidos pelos canais de comunicação, não apenas como veiculador de saberes, mas como produtor destes, assumindo, neste sentido, uma função nitidamente pedagógica. Espera-se identificar o discurso dominante da Educação Ambiental nos dias atuais e os atores a quem esse discurso está servindo utilizando práticas de Análise de Discurso. Em outros termos, estima-se fundamentar a análise deste estudo na articulação dos conceitos de poder, saber e sujeito formulados por Michel Foucault.

De forma específica, pretende-se: i) discutir de que forma a Educação Ambiental vem sendo narrada, produzida e enunciada na atualidade, em prol do desenvolvimento sustentável; ii) analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, qual é o discurso hegemônico difundido no campo da educação e quais são as disputas de força a interesses inseridos nesse contexto; iii) estimar quais são as implicações do discurso dominante no cotidiano dos indivíduos; iv) analisar materiais que circulam nas mídias e avaliar de que forma esses materiais auxiliam na subjetivação das ações marcadas pelo agir ecologicamente correto.

## **METODOLOGIA**

O alcance dos meios de comunicação e a propagação dos temas ambientais faz com que se perceba de forma mais intensa a crise ecológica vivida pela sociedade contemporânea. O que a mídia distribui e fornece destaque, quais discursos e verdades vêm sendo construídos são algumas das questões a serem entendidas.

Recortes de materiais que circulam em mídias que atingem a sociedade e as ferramentas de análise de discurso em Michel Foucault são os pilares estruturantes desta análise metodológica e nortearão os caminhos. Segundo o filósofo, os discursos produzidos não estão “soltos” esperando serem revelados, mas são produzidos e produzem o mundo, e neles produzem efeitos de verdade.

Entende-se que esses materiais auxiliam na construção de um discurso dominante, que ensina os modos de ser, olhar e se comportar no ambiente que habitamos. Aqui, não busca-se desvendar quais discursos são verdadeiros e quais são falsos, mas de interpreta-los ao buscar explicações para o que eles tentam expressar, e, principalmente, quais são as intenções não evidentes.

Os materiais selecionados compõem enunciados coletados do Jornal O Globo no ano de 2019, durante um período de trinta dias consecutivos, entre os dias 01 e 30 de setembro. Essa fonte é de circulação nacional e traz, diuturnamente, notícias e matérias de análise abrangentes. Características como público-alvo, volume, tamanho e formatos das matérias foram analisadas. Todas as seções do referido jornal foram consultadas pelo acesso on-line. Esses materiais somam na construção de um discurso dominante, que ensina os modos de ser, olhar e se comportar no ambiente que habitamos. Buscou-se interpretá-los, entender as explicações para o que eles tentam expressar, e, principalmente, para as intenções não evidentes presentes.

Na sequência do acesso à fonte, as reportagens foram selecionadas a partir da leitura do título e conteúdo textual. Desta forma, foram incluídas todas as reportagens que tinham o meio ambiente como tema central. Neste processo foram removidas àquelas que mantiveram o discurso ambiental em segundo plano.

Entende-se que “[...] onde quer que haja discurso há palavras de ordem, a disciplina e o controle com que ele alimenta, e dos quais se alimenta. Por todo esse espaço, a todo tempo, enuncia-se o visível e, portanto, o vivível” (GOMES, 2003). Os discursos analisados foram classificados em **cinco** abordagens distintas de acordo com i) quanto a abrangência da resposta proposta para o problema ambiental: mitigação primária ou sistemática e ii) quanto a postura em relação ao estado do meio ambiente e às tendências de sua evolução: alarmista, crítica ou negacionista.

A primeira abordagem é a da **Microação**, onde o futuro do planeta se limita a uma preocupação individualista. Aqui, vemos a Educação Ambiental constituir-se como um discurso legitimado pela mídia que opera no nível do coletivo com aspirações de chegar até o indivíduo em suas ações diárias. Pouco a pouco, a mídia “doutrina” para formas supostamente corretas de comportamento frente à problemática ambiental e para o fazer ecologicamente correto. É válido ressaltar que essa mudança comportamental ensina e constitui formas de viver através da pedagogia. Manchetes e editoriais, por exemplo, ditam o que, como, onde e quando fazer e assim direciona e conduz a vida de cada indivíduo. Neste ponto, é possível articular a estratégia de controle comumente utilizados pelas mídias na fabricação de poderes com o conceito de biopoder preconizado por Michel Foucault entre 1974 e 1979. Este assume a forma de biopolítica da população, ou seja, busca-se a regulação das massas, utilizando-se de saberes e apelos marcados pelo educar e pela a autoconsciência para controlar o cotidiano. Nestes discursos, o alvo é capturar cada um dos indivíduos para que atuem de forma coletiva na busca pela superação da crise ambiental. O endereçamento é que, através da ação de cada sujeito, ações conjuntas repercutam na transformação do meio ambiente.

A segunda abordagem é a da **Mitigação Sistemática**: nela, os discursos defendem ações voltadas à gestão e regulação institucionalizadas, estabelecendo-se um contingente significativo de conhecimentos, leis e medidas políticas que visam harmonizar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a discricionariedade legislativa. Frequentemente essa abordagem garante um número significativo de adeptos e defensores da legitimidade do controle. Como exemplo, é proposta a utilização de políticas de incentivos destinadas às indústrias automotivas para a fabricação de motores energeticamente mais eficientes e, assim, mitigar o efeito da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Nesse sentido, em 2012, criou-se o Novo Regime Automotivo regulamentado pelo Decreto nº 7.819 que obriga as empresas a obedecer aos requisitos compulsórios e elegíveis no que tange o investimento em melhorias da eficiência energética dos veículos, para a obtenção de incentivos fiscais. Não há dúvidas quanto a efetividade deste tipo de ação, visto que grande parte dos veículos de passeio e comerciais leves vendidos no país ainda usam motores ineficientes. Mas considerar este tipo de abordagem como ponto de chegada apresenta-se como uma escolha a se repensar. Aqui, alternativamente, deve-se considerar todo plano de mobilidade das cidades brasileiras, a utilização de veículos não motorizados, a expansão de faixas cicloviárias, a integração dos modais existentes, a formação de uma rede de transporte adequada e, principalmente, as escalas individuais e coletivas dos transportes. Alguns aspectos que decorrem deste discurso e devem ser considerados, tais como i) o entendimento coletivo que a crise ambiental estará solucionada no ato de promulgação da lei; ii) limitações para grupos empresariais e societários que desejam ir além dos padrões estabelecidos e iii) não de forma isolada, apresentam-se brechas e limitações motivadas por questões políticas.

Está presente também a abordagem **Alarmista**: Comumente, este discurso vem associado ao efeito de culpabilidade, pavor e medo pela perda dos recursos naturais disponíveis para sobrevivência. A estratégia de terror é recorrentemente acessada através de enunciados que reiteram a preocupação com o futuro do planeta. Interpelando os indivíduos a pensar nos riscos futuros e nas consequências de ações particulares, a mídia ergue-se como importante ferramenta biopolítica no controle e regulação da população.

Por sua vez, na Abordagem **Crítica** os discursos que apontam nesta direção questionam o sistema produtivo atual para a necessidade de reconfiguração dos sistemas sociais de produção e consumo, sua existência, bem como a adequação do caráter público ou privado da produção. Mais frequentemente encontrado em discussões entre militantes, movimentos sociais e ambientalistas, o foco recai sobre a transformação societária e no questionamento intensificado aos padrões de consumo e industriais consolidados no capitalismo. Destaca-se a concepção da temática ambiental vinculadas aos processos de ruptura com a sociedade atual e formas alienadas e opressoras de vida.

Faz-se presente, ainda, a abordagem **Negacionista**: nos últimos meses, o direcionamento negacionista ou cético ganhou força após declarações dos chefes de Estado brasileiro e norteamericano, que convergem para essa visão. Essa perspectiva nega a realidade das crises ambientais ou, ao menos, negam que os indivíduos tenham papel relevante neste fenômeno. Geralmente, essas falas tratam as pesquisas científicas e alegações governamentais como pseudociência e, indo além, refutam dados estatísticos, medições e cálculos em detrimento de opiniões próprias, “achismos”, crenças ou ideologias políticas. Com vozes ativas na esfera pública e midiática, este tipo de discurso pode ser promovido e/ou financiado por grupos empresariais, políticos e formadores de opinião conservadores que buscam disseminar dúvidas e incertezas entre a população leiga como forma de dominação.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES**

A história da educação brasileira é fortemente marcada pela condução de políticas econômicas que determinaram a finalidade do processo educativo ao longo dos períodos históricos do país. Entender o direcionamento da construção política da educação é fundamental para entender a produção ou reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida em sociedade.

Por outro lado, falar em política educacional implica em considerar que a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso em cada momento histórico e conjuntura política, uma vez que o processo educativo forma aptidões e comportamentos que são necessários ao modelo social e econômico em vigor (AZEVEDO, 2001). O conceito de educação, enquanto prática social construída historicamente, é espaço de disputa entre diferentes concepções de mundo, de homem e de sociedade.

A Educação Ambiental é, por natureza, um campo de conhecimento plural e que concentra diversas disciplinas científicas, atores, movimentos sociais e matrizes filosóficas. Muitas foram as tendências dominantes que definiram a direção de sua trajetória histórica. Apesar de inúmeras interpretações, a educação neste trabalho é tida como espaço concreto de ação-reflexão, com potencial para a formação integral dos sujeitos sociais e desempenha um papel fundamental de transformação social.

Segundo Lima (2011), a Educação Ambiental nasceu no seio do movimento ambientalista que se iniciou nos anos de 1960, a partir dos movimentos pacifistas e de contracultura e da discussão oriunda da ecologia política europeia. No Brasil, também foi fortemente influenciada pelo conservacionismo, e, a partir da década de 1980, por pesquisadores da educação que, influenciados pelos movimentos sociais, passaram a inserir propostas “socioambientais” que discutiam as formas de apropriação material e simbólica da natureza no âmbito do modo de produção capitalista e suas implicações estruturais (LOUREIRO, 2012).

Neste trabalho, destacam-se duas de suas vertentes: Educação Ambiental Conservadora e a Educação Ambiental Crítica. A primeira surgiu partir da década de 1980 e visa, prioritariamente, à formação de indivíduos que adquiram novas habilidades e comportamentos para atender ao mercado industrial, através da uniformização integral e global (MELO, 2004). Também deste período, datam os relatos da construção da nacionalidade, visando à criação de um Estado nacional soberano e centralizador que tornaram a escola um local de ordenação moral e cívica, da obediência e do adestramento que se perpetuou ao longo de vários anos.

Do extremo oposto teórico, surge a Educação Ambiental Crítica. Segundo Loureiro (2012), o pensamento da Educação Crítica se baseia em um processo educativo que problematiza as relações sociais de exploração e dominação. E, a partir da conscientização dos sujeitos, garantem as condições objetivas de transformação social. Nessa abordagem, pretende-se tecer críticas ao padrão de sociedade atual e o *modus operandis* das práticas dominantes.

Desse modo, a pedagogia crítica é uma síntese das propostas que criticam a sociedade capitalista e a educação como reprodutora das relações sociais, injustas e desiguais (SAVIANI, 1997). Seus pressupostos têm como ponto de referência a transformação da sociedade e não a sua manutenção e perpetuação. Essa tendência crítica é, portanto, uma proposta que orienta ações educativas para a formação humana, como defendia Marx, em contraposição à formação humana unilateral, resultante das relações sociais de exploração da sociedade capitalista (Manacorda, 1991).

## **O DISCURSO NOS JORNAIS**

Ao olhar páginas de jornais não é difícil perceber a intencionalidade em delinear e eleger os acontecimentos e enunciados que merecem destaque, e, conseqüentemente, atenção do público. Não poderia ser de outra forma visto que o berço do jornalismo conclama a ações políticas, união de ideias e mobilização em torno de lutas.

Analisando de forma superficial, as estruturas de um canal de comunicação podem parecer meras posições ideológica de empresas jornalísticas marcadas pelo viés da crítica, da vigilância e da denúncia, entretanto, é preciso explorar as perspectivas de abordagens de modo a compreender a verdadeira natureza da mídia como local de abrigo e reforço de poderes.

Foucault (1990) já tecia reflexões acerca do caráter enigmático e ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculto, investida por toda parte, que se chama poder. Nesse ponto, é possível relacionar coerentemente o pensamento foucaultiano com o de Gramsci. Os dois autores encaram o conceito de poder a partir de uma perspectiva relacional ao tratar, por

exemplo, a hegemonia como um conceito que vai além da imposição e atravessa os campos da sedução e conquista consensual dos grupos hegemônicos através da ideologia.

Nas teóricas foucaultianas, o poder apenas com a função de censurar e reprimir seria muito frágil e por isso o conceito se apoia na capacidade de produzir efeitos no nível do desejo e do saber. Nesse sentido, cabe a mídia o exercício de doutrinar e seduzir, utilizando-se de padrões comportamentais e mecanismos que internalizam as ideias e controles.

Em última instância, é válido destacar o comportamento e posição dos sujeitos (leitores), bem como a construção destes indivíduos em sujeitos do discurso. Pêcheux (2009) ao abordar a questão do discurso e sua relação com o sujeito, remeteu a perspectiva de Althusser. Este último considera que os indivíduos são constituídos em sujeitos, a partir de condições materiais e operados pela ideologia. E complementa abordando que a concepção ideológica do sujeito tem como ponto de partida o indivíduo como possuidor de uma subjetividade única e universal.

Neste estudo, é possível assumir as mídias como fundamentais no papel disciplinar e controlador, e, por excelência, condutoras de uma sociedade marcada por relações de poder. Em um primeiro momento como promotoras/mantenedoras de enunciados, ou “vigilantes”, tal que reforçam os limites da sociedade e condutas que atendem aos interesses do poder. Em seguida, através da pulverização das mídias que passam a ser integradas a sociabilidade, definindo as posturas definidas que serão adotadas pela subjetividade dos indivíduos.

## **RESULTADOS**

Entre os dias 01 e 30 de setembro de 2019, todo o material publicado pelo jornal O Globo foi visitado com objetivo de identificar enunciados que tratam da temática ambiental em abrangência nacional. Foram encontradas 52 matérias de cunho ambiental, número relativamente baixo considerando que o atual governo está constantemente imerso em exposições relacionadas ao tema.

Das matérias, 16 foram excluídas por tratarem do tema de forma tangencial e não como foco central. Assim, para a análise deste estudo foram considerados 36 enunciados. A partir da seleção, o corpo foi analisado a partir do referencial teórico da Análise de Discurso, com uma leitura rigorosa e aprofundada. Finalmente, foi realizada a categorização de acordo com a abordagem apresentada.

Das 36 notícias encontradas no referido período, vinte apresentaram a abordagem Sistemática, oito apresentaram o direcionamento para Microação, oito conduziram para a abordagem Alarmista e zero para as abordagens Crítica e Negacionista, conforme apresentado no quadro abaixo.

A abordagem majoritariamente encontrada foi a Sistemática, aquela na qual os temas são voltados à gestão institucionalizada. Neste ponto, chamou a atenção a responsabilização das discussões para um terceiro sujeito, e não para o Estado ou a sociedade: com o objetivo de validar o discurso e embasar as reportagens, os autores recorreram frequentemente a leis ambientais e políticas públicas voltadas ao tema.

Neste discurso, buscou-se harmonizar o meio ambiente equilibrado e a legislação brasileira, assim, através de instrumentos “legítimos” introduz-se o conceito adestrador ao buscar adequar os indivíduos ao sistema social vigente. Tais enunciados, além de fragmentar o saber, perpetuam a estrutura social atual, ao não oferecer ao leitor uma compreensão holística e abrangente dos problemas ambientais.

Aprofundando-se as análises, observa-se que os enunciados vão além da abordagem sistemática e direcionam a responsabilidade pelas problemáticas ambientais no nível do indivíduo - abordagem microação, pois cada um deve fazer sua parte em prol da salvação do planeta Terra. O sentimento de culpa surge discretamente entre as linhas e rapidamente a sociedade é responsabilizada pela acelerada depredação ambiental em curso, afinal todos somos agentes deste desequilíbrio.

A abordagem em questão, ao disseminar o discurso superficialista, instiga a criação de campanhas tais como reciclagem de resíduos, coleta seletiva, economia de água, replantio de árvores, entre outras. Nesses cenários, o homem é visto como grande destruidor do meio ambiente e é convocado a agir rapidamente para que ainda seja possível restaurar a vida humana. E, ainda, é separado da natureza e é colocado em oposição ao mundo natural como se o trabalho não fosse inerente à sobrevivência humana, tal que o homem age sobre a natureza ajustando-a às suas necessidades.

Apesar de menos evidente, a abordagem Alarmista chamou atenção por conter alguns aspectos importantes. Percebe-se que o terror e medo pela perda do planeta terra é mais comum do que o esperado nos materiais apreendidos. São frequentes os enunciados que tratam da questão ambiental projetando um futuro apocalíptico, geralmente associados a imagens

emblemáticas que despertam no leitor dúvidas sobre a continuidade da vida da forma que conhecemos hoje. As abordagens Negacionistas e Críticas não foram encontradas.

Torna-se importante ressaltar que tais abordagens não são encontradas de forma isolada, mas caminham entre os variados formatos de abordagem. Por exemplo, foi comum encontrar traços de enunciados com tom alarmista em enunciados categorizado como abordagem Microação. Isso porque um tema complementa e/ou alimenta outros. Para o presente estudo, o enunciado foi classificado baseando as percepções na forma em que predominantemente se apresenta.

## CONCLUSÕES

Os enunciados analisados refletem o perfil e os interesses de grupos hegemônicos e a grande maioria não inicia com um diagnóstico real dos problemas. São discursos universais que pouco se aplicam às realidades territoriais. Há, enfim, em todo o texto, um apelo recorrente à participação dos indivíduos, à colaboração pública e à cidadania como fatores essenciais à sustentabilidade social, que merece ser discutido.

Desta forma, considerando que a imagem do meio ambiente não resulta necessariamente de sua imagem própria, mas como produto dos que o enxergam e, principalmente, dos que o ignoram, e, além disso, considerando ainda as consequências das inúmeras instituições que pulverizam as informações, entre elas a mídia, movida predominantemente pela classe dominante, é compreensível que os meios atribuam enunciados que perpetuem o direcionamento como um ciclo.

Entre muitos discursos sendo reproduzidos, a propagação de ideia falaciosa de salvação do planeta onde uma concepção não-conflitiva da sociedade é constantemente colocada em destaque. Assim, ao harmonizar as relações sociais e ignorar as injustiças ambientais (ACSELRAD et al., 2009), os conceitos são esvaziados de materialidade e apropriados como se não existissem diferentes usos, dependendo da concepção teórica, do lugar social ocupado pelos sujeitos e da compreensão de sociedade da qual se parta (LIMA, 2011).

Além disso, é possível observar que cada vez fica mais nítida a tendência das mídias em abandonar apelos de cunho racionalizante, em prol de representações mais simbólicas. Sauvageot (1987) definiu esse direcionamento como uma função de abandonar cada vez mais o papel de informação em detrimento da função de desejo.

Aqui, cabe ressaltar a importância dos profissionais e estudiosos no sentido de superar as contradições da reprodução do padrão de acumulação para o desenvolvimento sustentável. Na prática pedagógica, devem atuar como mediadores das ações e projetos, filtrando, assim, os interesses das empresas privadas. E, indo além, devem estimular a discussão e a compreensão crítica da crise socioambiental problematizando o atual caráter instrumental da educação ambiental.

Cabe ao educador (a) contrapor os conceitos de educação-adestradora e educação-crítica de modo a enfatizar os aspectos éticos e políticos da questão ambiental, e levar aos educandos novas posturas diante da natureza e das relações sociais. A pseudoneutralidade dos enunciados, assim como o resgate de conceitos como Desenvolvimento Sustentável, sem uma definição mais precisa dos objetivos e meios para atingi-lo, como nova fórmula de “salvação do planeta”, devem ser discutidas com cautela.

Embora grande parte das notícias tenham direcionado a “salvação” do planeta para o âmbito individual, é importante ressaltar que as ações de escolhas pessoais não se configuram como movimentos de resistência política ou pleito para uma alternativa social. Um exemplo em termos práticos, a Agência Nacional de Águas (ANA) publicou um relatório em 2019 que afirma que 70% da extração de água no País é de responsabilidade da irrigação de monoculturas, criação de animais e da indústria. Mesmo diante dos dados oficiais, dificilmente as soluções para a crise ambiental perpassa pelo controle e/ou limite do poder das empresas atuais, menos ainda pela readequação do conceito de economia industrial e de consumo.

Esta conclusão visa garantir que, a partir das análises anteriores, os indivíduos não sejam educados de forma reprodutivista, mas que estejam aptos a debater, comparar e julgar por si próprios os discursos que se apresentam nos recursos midiáticos. Por fim, a partir do senso crítico adquirido, espera-se que os indivíduos consigam identificar os reais interesses nos discursos ambientais, assim como os verdadeiros culpados pela intensa degradação ambiental que vem ocorrendo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Althusser, L. **Les appareils idéologiques d'État**. La Pensée, Paris, 1970
2. Acselrad, H; Mello, C; Bezerra, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

3. Azevedo, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, V. 56, 2001.
4. Gomes, M. R. **Poder no jornalismo**. Revista Kairós, Caderno Temático 6. São Paulo: Edusp, 2009.
5. Foucault, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
6. Lima, G. C. **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável**. Revista Política & Trabalho, nº 13: 201-222, João Pessoa: PPGS/UFPB, 1997.
7. Loureiro, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.
8. Melo, A. A. S. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela**. Maceió: Edufal, 2004.
9. Pécheux, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.
10. Sauvageot, A. **Figures de la publicité: figures du monde**. Paris: PUF, 1987.